

**Inovação Social Transformadora: evidências de construção social coletiva nos estados de Mato Grosso e Rondônia**

**IVANA APARECIDA FERRER SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

**PÂMELA INGRID SIMIONI COSTA**

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

**PATRICIA CRISTIANE DE SOUZA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

**YASMIN MARTINS MORAIS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

**JOSÉ VICTOR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

# Inovação Social Transformadora: evidências de construção social coletiva nos estados de Mato Grosso e Rondônia

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento econômico em detrimento das questões socioambientais promove desequilíbrio ambiental, desigualdades econômicas e injustiças sociais. Para solucionar problemas complexos e multidimensionais oriundos da modernidade (GIDDENS, 2012) que afetam distintas regiões do mundo, é preciso atrelá-los a um progresso social e moral (SEN, 1999; PAPA FRANCISCO, 2015), desenvolvendo uma renegociação do pacto social a partir de diferentes lógicas, na qual cada ator social cumpre sua parcela de responsabilidade e assume a governança pelo bem-estar da coletividade.

Nos territórios periféricos, o coletivo enfrenta os problemas públicos em contramovimentos, de forma inovadora, ética e responsável, transformando a realidade da população local. No Brasil, destacam-se as iniciativas da economia social e solidária que de modo democrático criam grupos autogestionários, organizados em cooperativas e associações (CRUZ FILHO, 2012; LAVILLE, 2011). Essas iniciativas de desenvolvimentos de base local e comunitária fazem emergir uma concepção democrática da inovação social (MULGAN *et al.*, 2007), cujo enfoque disruptivo e contra-hegemônico favorece a politização dos espaços de poder na sociedade e as alternativas promotoras da participação comunitária.

Identificar esses esforços inovadores com bases teóricas recentes proporciona a oportunidade de avançar nas discussões acadêmicas, de políticas públicas e gerenciais à medida que se capta aspectos contemporâneos desses problemas socioambientais e suas possíveis soluções. Vale destacar a cartografia global desenvolvida no projeto SI Drive, no ATLAS-SI (HOWALDT *et al.*, 2018) que levantou dados empíricos de economias alternativas e coletivos em diferentes países como base amostral para a interpretação do fenômeno, seus atores e contexto cultural.

É com esse impulso que o presente estudo emerge, tomando como base interpretativa a Teoria da Inovação Social Transformadora (*Transformative Social Innovation – TSI*) (AVELINO *et al.*, 2019; PEL *et al.*, 2020) que constrói uma estrutura relacional integrando recursos teóricos em uma visão multidimensional dos problemas complexos. Diante desse contexto, apresenta-se o seguinte questionamento: Que elementos indicam que a inovação social pode ser transformadora de uma realidade socioambiental local?

As investigações visam compreender duas realidades empíricas que evidenciam a TSI e se destacam nos biomas Amazônico, em Rondônia, e Pantanal, em Mato Grosso. O presente artigo trabalha dois casos específicos, o Projeto Reça e o Agroana Girau, que evidenciam a existência do fenômeno no qual a coletividade enfrenta os problemas sociais valorizando suas características, saberes e recursos endógenos de forma a se inserir no cenário convencional do mercado.

Com o objetivo principal de identificar elementos recorrentes nos casos que revelam uma inovação social transformadora (TSI), a pesquisa se configura como exploratória (MALHOTRA, 2012), operacionalizada em um estudo de multicaso (YIN, 2016). Cada caso possui trajetórias totalmente distintas e foram trabalhados de forma independente por meio do levantamento de dados secundários analisados qualitativamente a partir das categorias definidas pela Teoria da Inovação Social Transformadora (TSI).

Por fim, salienta-se que o trabalho ora apresentado se trata de um estudo preliminar sobre os casos. A observação *in loco* e as entrevistas para captação de dados primários constituem a próxima etapa e, portanto, tratam-se de uma limitação neste momento. Em virtude disso, abrem-se lacunas acerca dos aspectos sociais presentes nos cotidianos que podem configurar gatilhos e narrativas de mudança que não são percebidos conscientemente, neste momento. Sugere-se o aprofundamento desse aspecto.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Inovação Social (IS)

A inovação e as tecnologias precisam ter a face humana, buscando um avanço sensível e cauteloso cuja finalidade seja gerar bem-estar social e equilíbrio ambiental (SCHUMACHER, 1973). O termo Inovação Social (IS), repleto de empirismo, com o campo teórico ainda em formação (MULGAN, 2010; BIGNETTI, 2011; MONTEIRO, 2019; ANDION *et al.*, 2020), busca gerar conhecimento intangível ou incorporado às pessoas ou aos equipamentos, tácito ou codificado, que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais (DAGNINO; GOMES, 2000; MULGAN *et al.*, 2007).

A IS é um fenômeno que surge como uma resposta social aos problemas coletivos que assolam as comunidades, não se tratando de uma condição necessariamente inusitada, mas de antigas práticas trabalhadas em novos conceitos e aplicadas a problemas contemporâneos (MONTEIRO, 2019). Alguns consideram-na uma solução nova com efeito duradouro para uma situação social insatisfatória, em busca do bem-estar coletivo de determinada comunidade (CLOUTIER, 2003; BESSANT; TIDD, 2019) e que afetam as relações sociais e as orientações culturais (ANDION, 2014). Outros, o acesso a um produto ou serviço (BOUCHARD, 2006) e o aumento da participação política de grupos marginalizados (NOVY; LEUBOLT, 2005), estimulando a capacidade sociopolítica e promovendo o acesso aos recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas.

Montgomery (2016 *apud* MONTEIRO, 2019) identifica duas correntes ideológicas na IS: o paradigma “tecnocrático” presente nos países de matriz anglo-saxônica, cujas características são a busca de novos mercados, Estado enxuto e competição, e o paradigma “democrático” que se apresenta como um instrumento para politizar a comunidade, promovendo a distribuição vertical do poder na sociedade e sua substituição por alternativas horizontais promotoras da verdadeira participação comunitária (MONTEIRO, 2019, p.6).

No Brasil, parte das experiências de IS tendem ao paradigma democrático, associadas à economia social e solidária e aos desenvolvimentos de base local, movimentos que se caracterizam pela inclusão na economia de mercado e se configuram como alternativas promotoras da participação comunitária e enfrentamento dos problemas da comunidade, conforme os casos empíricos investigados. Essas experiências evidenciam um eixo político de experimentação democrática, um instrumento de modernização das políticas públicas e se inscrevem na perspectiva do *new public management* (ANDION *et al.*, 2020).

A IS se baseia na diversidade e riqueza de populações carentes, por vezes marginalizadas, objetivando encontrar soluções inovadoras para os vazios institucionais muitas vezes considerados problemas intratáveis (AGOSTINI, 2017; HOWALDT *et al.*, 2018). Consequentemente, ela requer engenhosidade e novidade para romper com práticas existentes (SLIMANE; LAMINE, 2017). Para tanto, uma parceria construtiva entre setores da sociedade é um fator fundamental para desenvolver o pleno potencial da IS (HOWALDT *et al.*, 2018), a partir da participação de parceiros de todos os setores – público, privado e sociedade civil, que estão representados em alto grau em todos os domínios políticos e regiões do mundo. Porém, essa parceria depende do relacionamento entre atores locais, considerando a complexidade da IS, tanto nos processos, quanto nos resultados.

Com base nesses argumentos, pode-se entender que o *core* da inovação social não é caridade ou iniciativas e operações de organizações não governamentais (ONG 's) ou esquemas de ajuda governamental (SLIMANE; LAMINE, 2017). Considera-se que “O foco é sobre o carácter inovador da IS e a necessidade de romper com as práticas anteriores e, em particular, a dupla natureza de valor” (SLIMANE; LAMINE, 2017, p. 232). O tema possui dois pilares de sustentação: [1] a IS se utiliza da inovação comercial, ou seja, do lucro apenas para resolver

problemas sociais, mostrando uma clara diferenciação das instituições de caridade ou filantrópicas que geralmente vivem de doações e [2] o processo de IS é influenciado e varia de acordo com as ações realizadas e com o ecossistema no qual está inserido.

## **2.2. Ecossistema de Inovação Social (EIS)**

Andion *et al.* (2020) afirma que a discussão sobre os ecossistemas de inovação social emerge de um diálogo com constructos neoschumpeterianos cujo foco é a competitividade em detrimento da cooperação e colaboração. Dentre eles, o sistema nacional de inovação (SNI) (NELSON, 1993) promove inter-relação entre instituições, atores e mecanismos, contudo visando inovações tecnológicas. Os ecossistemas de negócio (EN) (MOORE, 1993) delineiam competitividade por meio da utilização de modelos explicativos normativos. Já os ecossistemas empreendedores (EE) (ISENBERG, 2011) cuja figura do mito, a centralidade ao papel do empreendedor e os domínios no suporte conduzem à ação empreendedora.

O Ecossistema de Inovação Social (EIS), por sua vez, deve ser considerado como uma comunidade de participantes heterogêneos e hierarquicamente independentes. Entretanto, são interdependentes de um sistema que é complexo e maior, quando agem em conjunto a fim de gerar coletivamente uma saída do ecossistema e uma oferta de valor relacionada, gerando assim valor e impacto na ação (ADNER, 2017; ADNER; FEILER, 2019). Terstriep *et al.* (2020) esclarece que o EIS deve promover a integração multinível entre a realidade local, regional e global, articulando atores, instituições e mecanismos para sustentar a IS.

Essa ação coletiva, que busca gerar impacto, considera que grupos de atores – cliente, fornecedores e complementadores (MOORE, 1993) – são como agentes causais traçando e facilitando o surgimento de um objetivo comum nessa execução (HARGRAVE; VAN DE VEN, 2006). Com isso, os ecossistemas emergentes exigem que atores independentes tomem eles próprios ações – que muitas vezes são bem custosas – ao mesmo tempo que os mesmos conduzem a resultados que afetam diretamente a todos os envolvidos. Segundo Thomas e Ritala (2021), esses agentes são particularmente relevantes para a emergência do ecossistema, uma vez que eles surgem das interações entre vários participantes que buscam a proposição de valor compartilhado, criando interdependência de ambientes inovadores. De maneira geral, para a PNUD (2015), o EIS estabelece quatro pilares fundamentais para um bom desempenho: informação, incentivos, investimento e implementação; que no contexto brasileiro, destaca-se o estado de Pernambuco como catalisador de novas ações, fortalecendo esse sistema.

Fulgêncio & Le Fever, (2016) destacam que conceito de Sistemas de Inovação Social (SIS) tem sido adaptado da noção de sistemas de inovação (SI) para o campo social, enfatizando, as dimensões econômica e técnica da inovação: institucional, organizacional e societário. Para os autores Fulgêncio & Le Fever (2016, p. 445) “Sistema de inovação social é uma interconexão dos atores e objetos para desenvolvimento, difusão e utilização da inovação orientada para questões ou necessidades sociais”.

Andion *et al.* (2020) apresentam o debate científico sobre os EIS e destacam o mapeamento da inovação social como tendência, desconsiderando a lógica normativa e de metodologias que desconsideram as particularidades das dinâmicas. Há abordagens mais amplas e complexas que se caracterizam por buscar compreender outras dimensões dos EIS, das dinâmicas de IS para a promoção de mudanças nos estilos de desenvolvimento das cidades e enfatizam uma lógica multiescalar e multidimensional para a análise dos EIS.

## **2.3. Inovação Social Transformadora (TSI)**

A Inovação Social Transformadora (AVELINO *et al.*, 2019; PEL *et al.*, 2020) integra recursos teóricos de vários campos relevantes e se configura pela necessidade de ampliar a compreensão empírica do fenômeno enquanto casos individuais para uma perspectiva holística ou de sistema. Nesse sentido, foram analisados um amplo espectro de economias alternativas,

coletivos orientados para a sustentabilidade e processos de colaboração comunitária de "código aberto". A análise crítica dos dados empíricos permitiu identificar fatos, elementos e características e ao aplicar rigor metodológico que foram transformados em conhecimento teórico os quais evidenciam a real transformação no território que desenvolve alguma modalidade de inovação social.

A TSI parte de um quadro relacional que engloba em sua análise, o processo de transformação da inovação social e seus pontos críticos, além da relação institucional construída nessa arena. Para analisar a realidade na qual emerge uma IS, Avelino *et al.* (2019) sugere que as transformações ocorrem em quatro espectros<sup>1</sup>: a inovação social em si, o sistema de inovação, a mudança de chave e as narrativas de mudança, no artigo constituem as categorias de análise.

### **2.3.1. Inovação Social (IS)**

Como já discutido no item 2.1, a inovação social é um campo cujo estado da arte não se apresenta consolidado, mas que caminha em diversas discussões (DAGNINO; GOMES, 2000; CLOUTIER, 2003; NOVY; LEUBOLT, 2005; ANDION, 2014; BESSANT; TIDD, 2019; MULGAN *et al.*, 2007; SLIMANE; LAMINE, 2017; MONTEIRO, 2019). Há correntes que identificam essa IS como um elemento resultante de um processo (DAGNINO; GOMES, 2000; CLOUTIER, 2003; NOVY; LEUBOLT, 2005; ANDION, 2014; BESSANT; TIDD, 2019), outras como o processo em si (MOULAERT *et al.*, 2007; MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY *et al.*, 2010). O que há de comum é que ela deve, necessariamente, proporcionar uma mudança na realidade na qual emerge.

Para a perspectiva da TSI, a inovação social se apresenta como as mudanças que ocorrem no campo das relações sociais de determinada sociedade (AVELINO *et al.*, 2019), abarcando novas formas de fazer algo por meio desta IS (HAXELTINE *et al.*, 2016). O componente social desta inovação é, justamente, o fenômeno social emergente dessas mudanças e novas soluções (AVELINO *et al.*, 2019).

### **2.3.2. Sistema de inovação**

Dos espectros de mudança, o segundo deles é o sistema de inovação. Neste nível, a inovação ocorre no macroambiente de determinada realidade, desafiando a estabilidade das relações pré-existentes de instituições já estabelecidas (AVELINO *et al.*, 2019). Tratam-se de transformações profundas nos padrões de fazer e de infraestrutura de determinada realidade, a fim de gerar o bem-estar social (AVELINO *et al.*, 2014, 2019; ANDION, 2014). Vale salientar que as transformações podem ocorrer tanto no sistema macro, quanto em subsistemas, ou seja, estruturas menores (AVELINO *et al.*, 2019). O que é fundamental para que se identifique um sistema de inovação, independentemente de sua proporção, é a mudança profunda no ecossistema local, que desafie as estruturas já existentes (AVELINO *et al.*, 2019).

Tais transformações afetam o sistema como um todo, isto é, as interações sociais, seus significados, estilo de vida e padrão de atividades (SHOVE *et al.*, 2012; AVELINO *et al.*, 2019), de tal forma que as estruturas social e física se modificam conjuntamente. As relações entre os atores locais, as instituições dominantes e a infraestrutura são ressignificadas e ajustadas para o desenvolvimento de novas formas de fazer, de construir valor (Avelino *et al.*, 2019). Assim, alterações nas formas de se praticar a agricultura, de se comercializar ou de produzir, configuram-se como sistema de inovação, uma vez que modificam todo o conjunto em prol do desenvolvimento coletivo (AVELINO *et al.*, 2019).

### **2.3.3. Mudança de chave**

O conceito da terceira dimensão de análise da TSI, a mudança de chave, preocupa-se com as macromudanças que modificam as “regras do jogo” das interações sociais (AVELINO *et al.*, 2014, 2019; PEL *et al.*, 2020). Nesta linha, o propósito é mapear como essas alterações

amplas são percebidas, interpretadas, reconstruídas, contestadas e “lidadas”. Há fenômenos que de fato modificam as relações sociais e institucionais, tais quais as crises sociais e a expansão das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) (GIDDENS, 2012; AVELINO *et al.*, 2014). Essas tendências levam a adaptações nas interações sociais (GIDDENS, 2012), como o uso de TICs para intermediar relações pedagógicas ou comerciais no momento pandêmico.

Assim, a TSI entende que essas macrotendências geram gatilhos para o desenvolvimento de inovações sociais transformadoras e, portanto, mapeá-las indica o que gerou a mudança e o que foi mudado (AVELINO *et al.*, 2014, 2019). Importante destacar que não só as mudanças factuais, mas também as alterações nas construções sociais a respeito da macrotendência merecem atenção dos pesquisadores (AVELINO *et al.*, 2014). Como exemplo, Avelino *et al.* (2014) e Monteiro (2019) indicam a crise financeira proveniente dos anos 2007-2008. A partir desse abalo ao capitalismo neoliberal, as instituições tradicionais, como o mercado financeiro, foram questionadas e postas em xeque. Se por um lado temos o fato das reais dificuldades financeiras provenientes desse evento, por outro temos uma mudança na narrativa social: o que é preciso alterar para que elementos sustentáveis permeiem o desenvolvimento?

O Estado não mais é capaz de sustentar o desenvolvimento social, tampouco de forma sustentável, oportunizando a proliferação dos vazios institucionais (KHANNA e PALEPU, 2010). O espaço entre as necessidades sociais e as capacidades das instituições públicas se mostram terrenos férteis para as inovações sociais (AGOSTINI, 2017). Essas inovações podem atuar como modernizadoras de políticas públicas, empreendedorismo social ou como sistema de inovação territorializado, com foco na inclusão e participação comunitária (MONTEIRO, 2019) – desde que respondam às necessidades sociais locais.

#### **2.3.4. Narrativas de mudança**

Quarta dimensão de análise, as narrativas de mudança permeiam os processos de inovação social transformadora à medida que esses precisam que um novo *framework* de ideias, conceitos e discursos se façam presentes na nova realidade social (AVELINO *et al.*, 2014, 2019; THOMAS e RITALA, 2021). Esses discursos permitem que os atores sociais deem sentido aos fenômenos provenientes das mudanças de chaves.

Discute-se dois tipos de narrativas de mudança. A primeira envolve a cultura, aquelas crenças e valores que constituem um mapa de ideias sociais das quais aquela sociedade partilha para dar sentido aos seus fenômenos (MURRAY *et al.*, 2010; GIDDENS, 2012; AVELINO *et al.*, 2014, 2019; THOMAS e RITALA, 2021). Já a segunda emerge das inovações sociais que surgem como contradiscursos a fim de modificar uma lógica cultural compartilhada (GIDDENS, 2012; AVELINO *et al.*, 2019).

As narrativas que moldam as crenças e símbolos sociais formam os terrenos férteis (ou inférteis) para mudanças (GIDDENS, 2012; THOMAS e RITALA, 2021). Retomando as crises do discurso neoliberal e do desenvolvimento insustentável, o campo para a expansão de uma narrativa de bem-estar coletivo, de orientação sustentável e ideias de inclusão social abriram espaço para iniciativas pautadas nestes princípios (GIDDENS, 2012; MONTEIRO, 2019; PEL *et al.*, 2020), como as associações e cooperativas. Essas narrativas cooperativistas dão origem a novas relações sociais (MULGAN, 2010; GIDDENS, 2012; MONTEIRO, 2019), posto que um coletivo produtivo passa a se preocupar com a geração de impacto positivo para a rede ao invés de gerar capital apenas para si próprio (MONTEIRO, 2019). Essa visão transformadora fomenta os espaços férteis para as inovações sociais que promovam mudanças reais na realidade social, seja com seus resultados, seja com seus processos (MONTEIRO, 2019; AVELINO *et al.*, 2014).

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Posto que o propósito deste artigo é identificar os elementos recorrentes nos casos do Projeto Reça e da Agroana Girau que revelem uma inovação social transformadora (TSI) (AVELINO *et al.*, 2014, 2019), propõem-se uma investigação por meio de pesquisa exploratória, seguindo os preceitos de Malhotra (2012). Esta abordagem se enquadra neste trabalho, uma vez que se busca compreender a ocorrência da TSI, de modo não formal e não estruturado, utilizando abordagem qualitativa (CRESWELL, 2010) em dados secundários sob o método do estudo de casos (YIN, 2016). Tais escolhas se deram devido à natureza preliminar da pesquisa, que busca, neste primeiro momento, identificar tais elementos, os quais sustentarão a elaboração de hipóteses e a coleta de dados primários em pesquisas posteriores.

Os casos foram escolhidos de forma não-probabilística e por decisão coletiva entre os autores, uma vez que são casos conhecidos por aqueles e que possuem materiais acadêmicos para servirem de dados secundários. Estes materiais foram coletados no banco de dissertações e teses da UFMT e nas plataformas científicas. O detalhamento destes materiais é apresentado no item 4.3.

Para análise e tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo com a definição de categorias, que são “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117), as quais foram determinadas segundo a TSI (AVELINO *et al.*, 2014, 2019). Bardin (1977) divide a técnica em três etapas básicas: [1] pré-análise (selecionar os dados secundários sobre os casos); [2] exploração do material por meio de procedimentos (transcrição das trajetórias de cada comunidade); e [3] tratamento dos dados e interpretação (contextualizar os fatos à luz da TSI e discussão dos resultados).

A TSI se apoia em quatro (4) conjuntos de relações que foram identificadas como as quatro categorias a serem trabalhadas neste artigo. Essas relações sócio-materiais evidenciam a transformação da realidade territorial nas proposições específicas apontadas no enquadramento teórico da TSI, sendo elas:

1. **Inovação Social (IS):** para compreender os elementos presentes nas relações dentro das iniciativas IS. Foi descrito o processo histórico, cultural, territorial do caso e identificou-se a IS nessa trajetória.
2. **Sistemas de Inovação:** identifica elementos presentes na formação da rede ecossistêmica entorno do caso, para compreender a configuração da rede e os efeitos do ecossistema de IS.
3. **Mudança de chave:** busca identificar a mudança institucional. Trata-se da chave para a transformação, o gatilho que iniciou as mudanças institucionais, os macroelemento percebidos, regras, leis.
4. **Narrativa de Mudança:** identifica as tentativas de transformação que são sendo moldadas por mudanças mais amplas no contexto sócio-material, como enxergar este fenômeno e que políticas públicas, programas públicos ou movimentos sociais subsidiaram a lógica da ação coletiva.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Optou-se por construir a história dos casos em questão junto com as discussões à luz da teoria TSI, posto que as categorias analisadas demandam o contexto histórico e social para serem efetivadas. Dito isto, apresentam-se os casos separados, constando em cada tópico as quatro categorias de análise já contextualizadas para cada um: Projeto Reça e Agroana Girau.

#### 4.1. Projeto Reça

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto Reça) emergiu na década de 1980, em um contexto de desenvolvimento populacional da região de

Nova Califórnia, localizada entre os estados Amazonas, Acre e Rondônia, próximo à Bolívia. À época, o governo brasileiro incentivava, por meio da doação de terras na região, a migração de família (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014; JUSTEN *et al.*, 2015).

Essa política de colonização da região visava não só a ocupação, como também a exploração dos recursos disponíveis (SATO, 2013; JUSTEN *et al.*, 2015). Para isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) incentivava a extração e o desmatamento, a fim de fomentar o plantio de arroz, feijão e café. Contudo, a realidade da região destoava do necessário para esse cultivo, além de não possuir uma infraestrutura mínima, fatos que levaram muitas famílias colonizadoras a abandonar ou vender suas terras (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014). Nesse cenário de desalento, soma-se a renegação da região por parte dos estados de Rondônia e do Acre, deixando a população local ao relento das responsabilidades político-legais (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014).

É nesse contexto que identificamos o terreno fértil para a **mudança de chave** (AVELINO *et al.*, 2014, 2019): por um conjunto de aspectos macroambientais, a comunidade local percebeu um vazio institucional que afetava diretamente as condições socioeconômicas, freava o desenvolvimento local e não promovia o bem-estar coletivo. Como nos traz a TSI (AVELINO, 2014), esses aspectos influenciaram as percepções sobre a realidade local por parte das famílias produtoras e abriram espaço para macromudanças nas interpretações dos papéis sociais, seja dos estados, seja da comunidade em si. Esse gatilho levou as famílias a repensarem suas situações e buscarem novas formas de lidarem com esses problemas.

Partindo disto, a comunidade encontrou nas associações uma possível solução para promover o desenvolvimento (SATO, 2013; JUSTEN *et al.*, 2015). Nesse momento, a união de algumas famílias constituiu a associação do Ramal Pioneiros e a Linha 5 (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014). Em busca de apoio para se desenvolver, ambas buscaram suporte na principal instituição local da época, a Igreja. Com o apoio desta, as famílias conseguiram os primeiros recursos e os distribuíram de forma associativa, de modo que cada família que recebesse o primeiro recurso (uma vaca), deveria devolver ao coletivo um retorno (um bezerro), para que este se tornasse o recurso de outra família (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014).

Essa nova configuração de rede, que deslocou a produção de uma única família como benéfica para si própria, como proposto pela política de colonização do INCRA, para uma produção cujo interesse é coletivo, abriu espaço para um **sistema de inovação** (AVELINO *et al.*, 2014, 2019). Foram essas novas relações entre os atores sociais da região que proporcionaram suporte para que a inovação não só se desenvolvesse sistematicamente, como também legitimasse a importância de cada indivíduo para o coletivo (THOMAS; RITALA, 2021). Segundo a TSI, as novas parcerias de um ecossistema que visam estruturá-lo socioeconomicamente e desafiar as lógicas institucionais, a fim de promover o bem-estar coletivo, configuram-se como inovações em todo o sistema (AVELINO *et al.*, 2014, 2019; THOMAS e RITALA, 2021).

Essa experiência levou o grupo a enxergar essas macromudanças como fontes de oportunidades para o crescimento coletivo. Com a fiscalização do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF)<sup>ii</sup> frente as derrubadas das castanheiras e a necessidade de angariar recursos financeiros, a comunidade idealizou o plantio e cultivo daquela, junto ao cupuaçu, a pupunha e ao açaí (SATO, 2013). Novamente, a Igreja local desempenhou o papel de mediadora entre os produtores e possíveis financiadores. Com o projeto estruturado em mãos, surgiu o primeiro financiamento proveniente da Holanda (SATO, 2013). Assim, o projeto ganhou um parceiro global, o CEBEMO, potencializando as mudanças locais e fomentando a troca de experiência para além da região (AVELINO *et al.*, 2019).

A ideia central deste projeto era o bem-estar coletivo à medida que geraria não só a renda necessária para as famílias, como também o reflorestamento da região, modificando a lógica local de extração e abandono da terra (SATO, 2013). Neste momento, emergiu a

**narrativa de mudança** (AVELINO *et al.*, 2014, 2019), posto que a população utilizou as mudanças macroambientais para dar um novo sentido à produção local: o sistema consorciado, o SAF, que proporcionou melhores condições ambientais e sociais para a região, resgatando os saberes dos povos locais para cultivo da terra (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014).

Enquanto associação<sup>iii</sup>, o Projeto Reça nasceu, oficialmente, em 1989, fruto de todas essas mudanças no ecossistema local é constituída por todos os envolvidos na produção regional (SATO, 2013; JUSTEN *et al.*, 2015). Por isso, desenvolveu-se um modelo de atuação que proporcionasse condições equitativas para as famílias, baseado na ideia de prover um recurso (dinheiro) para os produtores os quais retornaram uma produção para a associação e esta se encarregou de gerar renda com esses produtos (SATO, 2013). Com o financiamento em dólar (moeda era bem valorizada no Brasil) e a colaboração coletiva dos produtores, os recursos logo se multiplicaram (SATO, 2013).

Os excedentes financeiros provenientes da execução do projeto proporcionaram condições de estruturação da rede: o Projeto Reça adquiriu uma sede, estruturou as indústrias para o beneficiamento e o Centro de Difusão de Tecnologias (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014). Com isso, a produção se profissionalizou e deu-se início ao processo de beneficiamento das colheitas, começando pela polpa de cupuaçu (SATO, 2013). Esse movimento proporcionou não só o aumento da demanda e do mix de produtos, mas também um maior envolvimento dos associados (ÂNGELO, 2014), fundamental para o desenvolvimento do ecossistema (MONTEIRO, 2019; THOMAS; RITALA, 2021).

Para atender às exigências legais, considerando a proporção que o movimento ganhava, em 2006 foi criada a Cooperativa Agroflorestal do Projeto Reça (Cooper Reça), de forma que esta fosse responsável pelos aspectos financeiros, como a comercialização via circuito curto, e a Associação, apenas pelos aspectos sociais, como a distribuição dos recursos (SATO, 2013). Nesse novo modelo de gestão, ambas caminham em conjunto e demandam uma intensa participação de todos, com estrutura de coordenação e liderança, pensando na formação e estruturação coletiva desse ecossistema (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014; MONTEIRO, 2019).

Já em 2009, para colaborar com esse processo de estruturação, a Natura se tornou um ator social fundamental para o ecossistema (ÂNGELO, 2014). Com seus próprios interesses econômicos e socioambientais, a empresa proporcionou o financiamento de uma escola secundária rural, junto a outros atores, com a finalidade de alavancar a educação da comunidade local, e a compra de óleos de algumas sementes (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014). Ambos os fatos colocaram a região em destaque e corroboraram ainda mais para o sistema de inovação (AVELINO *et al.*, 2019; MONTEIRO, 2019). Este movimento proporcionou avanços financeiros para a Cooper Reça, apesar de situações adversas com outras comunidades (ÂNGELO, 2014).

Desse processo emerge a **inovação social**: a transformação da realidade local se dá por meio de novos arranjos coletivos, cujo propósito é, justamente, a busca pela promoção do bem-estar de todos (MULGAN *et al.*, 2007; BIGNETTI, 2011; AVELINO *et al.*, 2014, 2019). Ainda é possível identificar que tal inovação ocorre na perspectiva de uma inovação em processo em função do sistema consorciado, da Associação e Cooperativa, das parcerias com o CEBEMO e a Natura, além de todos os demais aspectos apresentados (MOULAERT *et al.*, 2007; MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY *et al.*, 2010; BIGNETTI, 2011). Tudo isso sob o paradigma democrático (MONTEIRO, 2019), considerando a estrutura de participação coletiva fomentada desde o princípio do movimento (SATO, 2013; ÂNGELO, 2014).

#### 4.2. Agroana Girau

O assentamento Agroana Girau<sup>iv</sup> foi formalmente autorizado em 1999, quando a área de 5500 hectares passou a ser dividida em 172 lotes (de 25 e 35 hectares cada) sendo estes entregues às famílias assentadas na BR-070 Cuiabá–Cáceres km 120, posto que as fazendas

Agroana e Girau foram desapropriadas pelo INCRA (CORREIA, 2016). Tal localização se dá no município de Poconé-MT, região com condições edafoclimáticas típicas do Bioma Pantanal, cuja dinâmica ambiental possui condições ambíguas, sendo parte do ano de extrema seca e o outro período de chuvas. Os assentados não possuíam um conhecimento prévio da dinâmica natural desse ecossistema e alguns abandonaram suas terras, já outros enfrentaram toda essa diversidade assumindo, em um primeiro momento, a pesca e o extrativismo vegetal como fonte de renda. Posteriormente, os assentados iniciaram o cultivo da produção.

Correia (2016) pontua que a formação da Cooperativa dos Pequenos Produtores do Assentamento Agroana Girau (Cooperangi) em 2003 possibilitou a melhora na situação econômica e social, pois os agricultores passaram a organizar a produção e a comercialização das olericulturas para alguns supermercados e distribuidores da região. No entanto, a produção era individualizada, fato que fragiliza o capital social coletivo e obedecia a métodos de produção convencionais com o uso de agroquímicos, fertilizantes, agrotóxicos e pesticidas. O ano de 2013 foi um divisor na trajetória de dependência gerada pelos atravessadores e insumos químicos, a **mudança de chave** (AVELINO *et al.*, 2014, 2019). A região foi agraciada por um projeto<sup>v</sup> multidisciplinar que auxiliaria os assentados a transformar sua produção em orgânica e posteriormente Agroecológica e SAFs. De acordo com Murray *et al.* (2010), essas novas ideias, sejam produtos, serviços ou modelos organizacionais, que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações sociais são identificadas como **inovação social**, assim como em subsidiar os agricultores a viabilizarem circuitos curtos de comercialização, fato evidenciado na Ecofeira da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). De acordo com Holwaldt *et al.* (2016) desenvolver capacidades para ecossistemas de inovação social é um papel relevante oferecido pelas universidades, preparando atores de distintos setores da sociedade.

A transformação gerada pelas novas formas de produção e comercialização reconfiguram os sentidos dados a estas práticas pelos assentados da região. Com essa **narrativa de mudança**, o grupo modifica os processos em prol de uma melhoria coletiva, dando um novo significado para aquela terra, para aquelas práticas e para aquele estilo de vida (AVELINO *et al.*, 2014, 2019). As mudanças no paradigma produtivo junto à participação da UFMT, melhorando não só os ganhos econômicos, como também as condições de vida daquela população, abriram espaço para um novo *framework* de ideias e novas configurações sistêmicas.

Tomando por base Comini (2016) que acredita na geração de valor socioambiental para uma comunidade a partir da introdução de novos produtos/serviços ou processos em um determinado mercado ou contexto, percebe-se a mudança no paradigma produtivo de parte das famílias assentadas como um processo de IS. Dentre as inovações, o projeto viabilizou o fortalecimento do capital social entre os envolvidos, pois todo o investimento em infraestrutura de irrigação, sementes, adubos orgânicos e treinamento para os novos processos produtivos era realizado coletivamente e na própria área coletiva do assentamento. Apesar de originalmente ser uma população oriundos de diferentes regiões, eles construíram laços de confiança e relações sociais colaborativas, por encontrarem aderência e cumplicidade no trabalho, fortalecendo o capital social (PUTNAM *et al.*, 2000). Leite (2019) aponta como eles enfrentaram as diversidades. Os coletivos que integram uma territorialidade com seu processo histórico, se socializam e usam da ação racional para viabilizar rupturas com trajetórias dependentes (HALL; TAYLOR, 2003).

O fortalecimento das relações em rede, com atores chave, foram fatores decisivos para consolidar o **sistema de inovação** (AVELINO *et al.*, 2014, 2019) foi a partir da atuação da comunidade universitária imbuída pelo propósito do aprendizado e da troca de experiências que a IS se concretizou. Outras instituições após os desdobramentos do projeto, especialmente a visibilidade pública atingida pela Ecofeira fortaleceu a atuação dos agricultores. Portanto, é

identificável o caráter democrático (MONTEIRO, 2019) dessa configuração cuja participação coletiva se mostra forte e fundamental para o desenvolvimento do projeto.

Em março de 2015 a horta coletiva passou a produzir quatro toneladas mês de produtos orgânicos e agroecológicos, com certificação social do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), para atender o desafio da comercialização foi idealizada a Ecofeira da UFMT. Na qual um circuito curto de comercialização viabiliza o aumento da renda pelo do agricultor, que passa a assumir toda a cadeia de valor da produção agregando valor ao trabalho. Outros parceiros que apoiaram o projeto: Órgãos públicos oficiais ligados ao setor agrícola, como a Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF-MT), MAPA, projeto Rede de Cooperação Solidária de Mato Grosso (RECOOPSOL) e uma cozinha industrial via projeto junto a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Professores e alunos da Escola Antônio Garcia localizada na comunidade fizeram formação prática no projeto, Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC) disponibilizou bolsas aos filhos de produtores para cursos técnicos de gestão e empreendedorismo, criação da Comissão de Produção Orgânica de Mato Grosso (CPORG-MT).

A Ecofeira era um sucesso de público e retorno aos agricultores, no entanto o cenário de pandemia inviabilizou a continuidade da feira (PINHO *et al.*, 2020). Os idealizadores do projeto optaram por assumir um novo formato logístico e de comercialização, modelo que aproxima o produtor do consumidor gerando a figura do coprodutor ou prosumidor<sup>vi</sup>, Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)<sup>vii</sup> (SILVA *et al.*, 2021). Nesse momento reestruturou-se o corpo gerencial do projeto, inseridos áreas como Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Saúde Coletiva, Economia, Comunicação Social, Computação, entre outros. Paralelamente, foi desenvolvido o aplicativo RECOOPSOL que comercializa os produtos excedentes. Ação do programa RECOOPSOL que fomenta a comercialização de produtos artesanais e da agricultura familiar e orgânica, uma forma diferenciada de comercialização.

As trajetórias, aprendizagens e respostas aos problemas públicos de uma coletividade são oriundas de um processo histórico, cultural e social inerentes às respostas institucionais que o coletivo oferece às contingências. O assentamento Agroana Girau foi formado por famílias sem identidade comum, que por necessidade e oportunidades oriundas das mudanças institucionais impressas naquela territorialidade se organizaram no trabalho do campo, geraram conhecimento, aprendizado, trocas, promoveram o comprometimento e fortaleceram a confiança. Nem todos se adequaram, mas os que permaneceram no projeto declaram ter resultados concretos na melhoria de sua qualidade de vida. Os circuitos curtos de comercialização substituíram a figura do atravessador que reduzia a rentabilidade do trabalho. A formação da cooperativa foi estimulada pelas instituições dominantes através de macroelementos percebidos como estímulos públicos, as regras, leis: Programas Nacionais de Alimentação Escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA) que obriga os agricultores a se organizarem em cooperativas para viabilizar a comercialização, nas articulações dos Fóruns de Economia Solidárias.

O processo histórico e institucional molda as regras formais e informais que conduzem o funcionamento da sociedade. Cada territorialidade apresenta sua construção institucional específica formada pela ação racional e normas de conduta que orientam a evolução social. Nesse sentido, percebe-se que a mudança institucional está atrelada às regras e aos arranjos institucionais, desde que estes representem o justo e democrático (NORTH, 1993).

### **4.3. Consolidação dos casos**

Nota-se que em ambos os casos a inovação social transformadora emerge de um processo histórico-social de luta pela sobrevivência coletiva, por meio do desenvolvimento de todo um ecossistema social. A relação com a terra e entre os atores é reconfigurada, de forma

que o extrativismo e os modelos produtivos tradicionais são substituídos por novas narrativas, cuja intenção é promover o bem-estar socioambiental.

São evidentes elementos que sugerem IS sob o paradigma democrático (MONTEIRO, 2019), posto que, em ambos os casos, a participação coletiva é representativa e se configura como um aspecto fundamental da rede. Outro ponto de destaque é que a IS se dá na perspectiva de processo (MOULAERT *et al.*, 2007; MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY *et al.*, 2010; BIGNETTI, 2011), visto que os coletivos repensaram as formas de fazer, angariando novas estruturas social e física.

Por fim, identifica-se uma série de fatores macroambientais, novas configurações sistêmicas e novos *frameworks* de ideias resolutivas que sugerem evidências de uma inovação social transformadora tanto no Projeto Reça, quanto na Agroana Girau. O quadro 1 apresenta a consolidação destes elementos e suas respectivas fontes de informação:

QUADRO 1: *FRAMEWORK* SÍNTESE DO ARTIGO

<b>Categorias</b>	<b>Caso Agroana Girau (BR-070 – Poconé/MT)</b>	<b>Caso Projeto Reça (Distrito de Nova Califórnia – Porto Velho/RO)</b>
Dados secundários	Correia, 2016; Nolasco, 2018; Leite, 2019; Pinho <i>et al.</i> , 2020; Silva <i>et al.</i> , 2021.	Sato, 2013; Ângelo, 2014; Justen <i>et al.</i> , 2015; Site Projeto Reça.
Inovação Social (AVELINO <i>et al.</i> , 2014, 2019)	- Processo produtivo por SAF; - Circuitos curtos de comercialização; CSA; App Recoopsol.	- Processo produtivo por SAF e Agroindústrias; - Circuitos curtos de comercialização.
Sistema de Inovação (AVELINO <i>et al.</i> , 2014, 2019)	- Organização coletiva (Cooperativa e Associação); - Infraestrutura de suporte; - Parceria com universidade; - Articulação de atores locais da comunidade e atores externos.	- Organização coletiva (Cooperativa e Associação); - Infraestrutura de suporte; - Parcerias nacionais e internacionais; - Articulação de atores locais da comunidade e atores externos.
Mudança de chave (AVELINO <i>et al.</i> , 2014, 2019)	- Necessidade de sobrevivência; - Políticas públicas com programas de fomento; -Despertar para o endógeno e assumir a vocação e biodinâmica do local.	- Abandono do poder público; - Necessidade de sobrevivência.
Narrativa de mudança (AVELINO <i>et al.</i> , 2014, 2019)	- Resgate do conhecimento natural em cultivar agroecológicos em SAF; - Movimento contra as políticas públicas e as narrativas produtivas tradicionais; - Empoderamento do agricultor; - Relação com os prossumidores.	- Resgate do conhecimento dos povos locais; - Movimento contra as políticas públicas e as narrativas produtivas tradicionais; - Empoderamento do agricultor; - Educação formal voltada para a comunidade.

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou identificar elementos recorrentes no Projeto Reça e no Assentamento Agroana Girau que revelem as categorias trabalhadas por Avelino *et al.* (2014, 2019) na TSI. Para isso, foi explorada a problemática dos elementos que indicam que a IS pode transformar a

realidade socioambiental em determinados territórios. Por se tratar de casos específicos, as conclusões aqui pontuadas não são generalizações, contudo, fortalecem a construção da TSI.

Tanto o Projeto Reça, quanto o Assentamento Agroana Girau, evidenciam as quatro categorias de TSI. Apesar de serem povos de origem distintas e terem sido inseridos em uma nova espacialidade, cujo aspecto edafoclimático era ignorado até a posse dessas pessoas na terra, ambas vivem o processo de transformação. Essas pessoas enfrentaram desafios, adversidades e lutas, mas, através do fortalecimento do capital social, da ação coletiva, do cooperativismo, do respeito às questões endógenas e da biodinâmica local conseguiram construir uma trajetória produtiva que viabilizasse a sustentabilidade socioambiental e econômica.

Em relação à IS, ambos os casos promoveram o resgate da relação biodinâmica com o território, na qual o humano se insere como parte integrante da natureza, respeitando seus limites e tempo natural de produção via SAFs. Os coletivos adotaram os circuitos curtos de comercialização, cada caso a seu modo, mas com melhora na renda dos produtores.

No Sistema de Inovação é possível perceber que a organização coletiva em cooperativas e nas associações permitiram acessar programas públicos como PNAE, PNME, trazendo infraestrutura de suporte para a comunidade. O grande diferencial se deu pela articulação dos atores locais com instituições e atores externos que promovem aprendizagem, autoconfiança, parcerias e direcionamentos comerciais.

A mudança de chave e a narrativa de mudança sintetizam essa busca pela transformação de uma realidade anterior em que a necessidade de sobrevivência promove o resgate do conhecimento tradicional natural e autóctone, envolvendo a biodinâmica do território e o fortalecimento da coletividade. Aqui, o destaque é para o caso Reça, que promove a educação para o cooperativismo e, então, conseguem acessar as políticas públicas e se articular em instâncias e instituições antes não acessadas.

A pesquisa, até o presente momento, foi limitada em relação à coleta de dados primários pela pandemia de Covid-19. Para estudos futuros, sugere-se fortalecer essa análise via coleta de dados primários no campo, utilizando-se de entrevistas e observações do cotidiano. A análise de conteúdo deve ser fortalecida com softwares estatísticos específicos, identificação e monitoramento de indicadores, de modo a subsidiar a abordagem da TSI e encorajar novas territorialidades a buscar uma lógica de desenvolvimento pautada na sustentabilidade e no bem-estar coletivo.

## 6. REFERÊNCIAS

AGOSTINI, M. R. **O processo de inovação social como resposta aos vazios institucionais: uma análise multidimensional em diferentes contextos sociais.** Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Administração, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6466/Manuela%20R%c3%b6sing%20Agostin\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6466/Manuela%20R%c3%b6sing%20Agostin_.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 14 de jun. 2021.

ADNER, R. Ecosystem as structure: An actionable construct for strategy. **Journal of management**, v. 43, n. 1, p. 39-58, 2017.

ADNER, R.; FEILER, D. Interdependence, perception, and investment choices: An experimental approach to decision making in innovation ecosystems. **Organization Science**, v. 30, n. 1, p. 109-125, 2019.

ANDION, C. **Inovação social**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 98-102. Disponível em: [https://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book\\_dicionario\\_de\\_verbetes](https://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book_dicionario_de_verbetes). Acesso em: 07 out. 2020.

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 181-200, 2020.

ÂNGELO, D. (2014). **Do sonho à luta de sobrevivência na Amazônia: “a caminhada” das famílias camponesas do Projeto RECA**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

AVELINO, F.; WITTMAYER, J.; PEL, B.; WEAVER, P.; DUMITRU, A.; HAXELTINE, A.; KEMP, R.; JØRGENSEN, M. S.; BAULER, T.; RUIJSINK, S.; O’RIORDAN, T. Transformative social innovation and (dis)empowerment. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 145, p. 195-206, 2019.

AVELINO, F.; WITTMAYER, J.; HAXELTINE, A.; KEMP, R.; RIORDAN, T.; WEAVER, P.; ROTMANS, J. Game-changers and transformative social innovation. The case of the economic crisis and the new economy. **TRANSIT working paper**, v. 1, p. 2-1, 2014.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação Social**. In: \_\_\_\_\_. *Inovação e Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2019. p. 46-65.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.

BOUCHARD, M. J. **L’innovation sociale en économie sociale**. Chaire de recherche du Canada en économie sociale, Université de Montréal, 2006.

CLOUTIER, J. **Qu’est-ce que l’innovation sociale?** Montréal: Crises, 2003.

COMINI, G. M. **Negócios Sociais e Inovação Social: Um Retrato De Experiências Brasileiras**. Orientadora: Dra. Rosa Maria Fischer. 2016. 166 f. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/12/tde-15122016-143942/pt-br.php>.

CORREIA, J. B. **Agricultura familiar no pantanal: sustentabilidade e desenvolvimento do assentamento Agroana Girau, em Poconé – MT**. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3o ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRUZ FILHO, P. As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios de comportamento econômico de Polanyi. **Otra Economía**, v. 6, n. 10, p. 79-97, 2012.

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação. **Anais...** São Paulo. 2000.

FULGENCIO, H.; FEVER, H. L. What is the social innovation system? A state-of-the-art review. **International Journal of Business Innovation and Research**, v. 10, n. 2-3, p. 434-452, 2016.

GALT, R. E. The moral economy is a double-edged sword: Explaining farmers' earnings and self-exploitation in community-supported agriculture. **Economic Geography**, v. 89, n. 4, p. 341-365, 2013.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. São Paulo: Penso. 2012.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. CR. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 193-223, 2003.

HARGRAVE, T. J.; VAN DE VEN, A. H. A collective action model of institutional innovation. **Academy of management review**, v. 31, n. 4, p. 864-888, 2006.

HAXELTINE, A.; AVELINO, F.; PEL, B.; DUMITRU, A.; KEMP, R.; LONGHURST, N.; CHILVERS, J.; WITTMAYER, J. (2016). A Framework for transformative social innovation. **TRANSIT Working Paper**. V.5, p.2-1, 2016.

HOWALDT, J.; KALETKA, C.; SCHRÖDER, A. Social innovation on the rise—Results of the first global mapping. **Atlas of Social Innovation—New Practices for a Better Future; Howaldt, J., Kaletka, C., Schröder, A., Zirngiebl, M., Eds**, p. 11-15, 2018.

ISENBERG, D. The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economic policy: Principles for cultivating entrepreneurship. **Presentation at the Institute of International and European Affairs**, v. 1, n. 781, p. 1-13, 2011.

JUSTEN, G.; SOUZA, M.; SOUZA FILHO, T.; PAES, D. Estruturas de Governança em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais: o caso do Projeto Reça Governance structures in arrangements and local production systems. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 101-126, 2015.

KHANNA T.; PALEPU, K. G. **Vencendo em mercados emergentes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAVILLE, J.; YOUNG, D. R.; EYNAUD, P. (Ed.). **Civil society, the third sector and social enterprise: Governance and democracy**. Routledge, 2015.

LEITE, D. B. **O contra movimento dos produtores de orgânicos do assentamento Agroana Girau de Poconé –MT: abordagens alternativas para o desenvolvimento**, 2019.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6a ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6a ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MONTEIRO, A. **O que é a Inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas.** *Dados*, v. 62, 2019.

MOORE, J. F. (1993). Predators and prey: a new ecology of competition. *Harvard business review*, 71(3), 75-86.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities. **European Urban and Regional Studies**, v. 14, n. 3, p. 195-209, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0969776407077737>. Acesso em: 07 out. 2020.

MULGAN, G. Measuring social value. **Stanford Social Innovation Review**, v. 8, n. 3, p. 38-43, 2010.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; RUSHANARA, A.; SANDERS, B. **Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can be Accelerated**, 2007.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation**. London: NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: [www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the\\_open\\_book\\_of\\_social\\_innovation](http://www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation). Acesso em: 07 out. 2020.

NELSON, R. **National innovation systems: a Comparative Analysis**. Oxford: University Press, 1993.

NOLASCO, A. L. Vivência acadêmica e científica através do Projeto de extensão Ecofeira-UFMT. **Anais Agroecol**, v.13, n.2, 2018, Campo Grande, MS.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. [S. l]: Cambridge University Press. 1993.

NOVY, A.; LEUBOLT, B. Participatory Budgeting in Porto Alegre: Social Innovation and the Dialectical Relationship of State and Civil Society. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 2023-2036, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00420980500279828>. Acesso em: 07 out. 2020.

PAPA FRANCISCO. Carta encíclica "*Laudato Si*": sobre o cuidado da casa comum. 1ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2015.

PEL, B.; HAXELTINE, A.; AVELINO, F.; DUMITRU, A.; KEMP, R.; BAULER, T.; KUNZE, I.; DORLAND, J.; WITTMAYER, J.; JØRGENSEN, M. S. Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. **Research Policy**, v. 49, n. 8, p. 104080, 2020.

PINHO, L; SILVA, J. H. M.; SENA, A. (org). **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil**. Santo André: Copacesso, 2020. *E-book*. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/MIOLO-UNISOL-BRASIL-1-3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 2 ed. 260 p. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SATO, S. A. D. S. **Desenvolvimento sustentável para a Base da Pirâmide (BOP) baseado em recursos naturais renováveis amazônicos (PFNMs): o caso RECA**. 2013.

SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful: Economics as if people mattered*. London: Blond & Briggs. **Shape Siddiqui**, 1973.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHOVE, E. The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 24, n. 4, p. 363-375, 2012.

SILVA, E. M.; TRICAUD, S.; TOCANTINS, N.; PRIANTE, J.; NASCIMENTO, T. N. A.; NETO, O. Z. S. Recoopsol e os coletivos de Economia Solidária: Um processo de fortalecimento de organização Social e Empoderamento local. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 24717-24729, 2021.

SLIMANE, K. B.; LAMINE, W. A transaction-based approach to social innovation. **The International Journal of Entrepreneurship and Innovation**, v. 18, n. 4, p. 231-242, 2017.

TAYLOR, J. 1970. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v.6, n.1, p.69-77, 1970. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/002188637000600104>. Acesso em: 06 out. 2020.

TERSTRIEP, J.; REHFELD, D.; KLEVERBECK, M. Favourable social innovation ecosystem (s)?—An explorative approach. **European planning studies**, v. 28, n. 5, p. 881-905, 2020.

THOMAS, L. D. W., RITALA, P. Ecosystem Legitimacy Emergence: A Collective Action View. **Journal of Management**, p.0149206320986617, 2021.

TOFFLER, ALVIN. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro, **Record**, ed.7, 1980.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman, 2016.

---

<sup>i</sup> Todas traduzidas livremente pelos autores com base em Avelino *et al.* (2019).

<sup>ii</sup> Em 1989, este órgão, junto a outros, se tornou o atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), conforme o histórico disponível no site [ibama.gov.br](http://ibama.gov.br).

<sup>iii</sup> Sob o nome de Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), de acordo com Sato (2013).

<sup>iv</sup> Surge na década de 1990 em função do contexto nacional da reforma agrária na qual governo, fazendeiros e certa articulação popular conduzida pelo Movimento Sem Terra (MST) direcionaram a estruturação dos assentamentos na região 1997, dois anos depois em 1999 foram autorizados a ocupar a área (CORREIA, 2016).

<sup>v</sup> De 2013-2016, equipe multidisciplinar da UFMT desenvolve projeto de implantação das técnicas sustentáveis de produção agrícola, subsidiado pelo Prêmio Universidade Solidária, criado pelo Banco Santander e pela Fundação Unisol (CORREIA, 2016).

<sup>vi</sup> Tradução livre de *prosumer* (produtor + consumidor) de acordo com Toffler (1980).

<sup>vii</sup> O CSA consiste em uma comunidade local que financia a produção destes agricultores desde o início, incluindo o custo de preparo do solo, insumos utilizados e até o custo pessoal do produtor, todos estes custos são divididos entre a comunidade que compartilha uma cota mensal, deixando assim o agricultor com uma renda fixa (GALT, 2013).